



Manifesto da Corrente Proletária na Educação à 4ª Plenária Intercongressual da CNTE

TAREFA URGENTE: Organizar a luta nacionalmente pela revogação da reforma do ensino médio, com paralisações e manifestações

Delegados(as),

O período que vivemos está marcado por uma brutal ofensiva do grande capital em todas as frentes. Destaca-se o prolongamento da guerra na Ucrânia, que acaba de completar um ano, e o acirramento da guerra comercial entre EUA e China, aspectos que trazem consequências nefastas para as massas do mundo todo, incidindo sobre o preço das mercadorias, além da ameaça direta de uma conflagração que ultrapasse os limites atuais, se convertendo numa possível III Guerra. Biden e sua aliança militarista conseguiram desfazer o discurso de neutralidade de Lula, submetendo o nosso país à sua linha, principalmente com a condenação da Rússia, como se esta tivesse impulsionado a guerra, e não o cerco promovido pela OTAN. Em outras palavras, mal assumiu o cargo, o presidente brasileiro já se viu obrigado a se curvar diante do amo imperialista.

Na raiz de todos esses fatos, se encontra a crise estrutural do capitalismo. As forças produtivas altamente desenvolvidas estão em choque com as relações de produção monopolistas, e com as fronteiras nacionais. Os acordos do pós-Segunda Guerra estão superados. O grande capital necessita abocanhar mais mercados, fontes de matéria-prima e, sobretudo, destruir forças produtivas. Precisa eliminar antigas conquistas da classe operária e dos trabalhadores em geral. Essa movimentação já vem de alguns anos. No Brasil, o governo de Dilma Rousseff teve de ser derrubado por um

golpe institucional, em 2016, justamente porque o PT não era capaz, no comando do Estado burguês, de ir tão à fundo e na velocidade que era exigida pelo capital financeiro, nas contrarreformas. Temer e Bolsonaro cumpriram esse papel sujo, revelando o verdadeiro conteúdo do golpe.

As contrarreformas trabalhista e previdenciária, a Lei do Teto de Gastos, a Lei da Terceirização e a reforma do ensino médio/BNCC constituíram um conjunto de ataques sem precedente. Avançam a miséria, a fome e o desemprego/subemprego. A média salarial foi brutalmente rebaixada e os novos contratos são cada vez mais precarizados. O fechamento de fábricas provoca o temor não só entre os demitidos, mas entre os que conseguiram se manter no emprego, pois sabem que podem ser os próximos. Muitos votaram no PT, inclusive, iludidos pela promessa de mudança nesse quadro. O fato, no entanto, é que o governo burguês de frente ampla de Lula não tocará no essencial em nenhuma dessas medidas antipopulares e antinacionais.

Chama a atenção o caso da contrarreforma educacional, aprovada após cerca de um mês de governo da ditadura civil de Temer. A chamada reforma do ensino médio, que foi seguida pela promulgação da Base Nacional Comum Curricular, constitui um duro ataque aos trabalhadores em educação e aos estudantes. Sua essência é privatista e destruidora do ensino público. No seu centro estão o ensino a distância (EaD) e o ensino de tempo integral. No primeiro caso, trata-se de uma expressão do capitalismo, que só serve

para baratear os custos operacionais e com folha de pagamento de professores e funcionários, além de se colocar como um negócio extraordinário – vendem-se apostilas, plataformas digitais e toda a parafernália tecnológica, com a vantagem de passar a imagem de estar supostamente modernizando o ensino; no segundo caso, do ensino integral, é uma medida que só serviu para fechar escolas, turmas e salas, principalmente do noturno, expulsando o aluno-trabalhador e dificultando a atribuição de aulas e a constituição de jornada dos professores.

Do ponto de vista do currículo, o “Novo Ensino Médio” tem provocado o ódio dos estudantes e dos professores ao novo formato, que amplia progressivamente, do primeiro ao terceiro ano, o peso dos denominados “itinerários formativos”. As denúncias nesse sentido já conformam um verdadeiro escândalo. Disciplinas como “trilhas radicais”, “brigadeiro caseiro” e “pegada ecológica” mostram a que nível chegou a decomposição do ensino, ao ponto de obrigar o ministro Camilo Santana/PT a se pronunciar e a instituir uma “consulta” sobre o tema. Chama a atenção a atitude do ministro, completamente avessa aos interesses da maioria explorada, de não indicar o caminho da revogação da contrarreforma, deixando aberta apenas a possibilidade de “remendar” a Lei, ou seja, manter a essência privatista e de aprofundamento da falência da educação brasileira.

A CNTE e os sindicatos da educação não podem cair nessa armadilha. A tal “consulta” serve apenas para enganar os incautos. O ódio crescente de trabalhadores e estudantes é plenamente justificado, o ensino vai de mal a pior. E não se trata somente da questão educacional: as condições de vida da juventude, com um altíssimo nível de desemprego, entre outros fatores, conduzem à falta de perspectiva. É assustadora a estatística de jovens que nem estudam, nem trabalham – os chamados “nem nem”. Segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), é essa a realidade de 35,9% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos (relatório de 2022). Em outras palavras, a questão do currículo foi só a gota d’água, a raiz do descontentamento é mais profunda. Nosso objetivo imediato deve ser instigar e converter esse ódio instintivo em ação política consciente, organizada, e não arrefecer a insatisfação, para blindar o governo atual, como tem feito a direção da CNTE.

A nossa política deve ser a de erguer a mobi-

lização nacional de estudantes e suas famílias, professores e funcionários, e demais oprimidos numa coluna unitária em defesa da revogação do “Novo Ensino Médio”. Não queremos participar de nenhuma “consulta” fraudulenta! A tarefa consiste em levantar um conjunto de reivindicações, que atenda às reais necessidades dos oprimidos do país, como a defesa dos empregos, salários, direitos e pela revogação de todas as contrarreformas, além da luta pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexações e sem os ditames do imperialismo. É preciso colocar também os métodos para a mobilização ser vitoriosa: é urgente a convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações, bloqueios de avenidas e manifestações massivas, isto é, empunhando o método da ação direta. Os estudantes devem retomar o caminho das ocupações de escola, como ocorreu com as ondas de 2015 e 2016. O Dia

Nacional deve ser preparado desde as bases, com a realização das assembleias presenciais e com a formação dos comitês de luta, aplicando o princípio da democracia operária.

Estão aí as tarefas que precisam ser aprovadas na 4ª Plenária Intercongressual da CNTE. Fica claro que a condição para isso é que a entidade se coloque numa posição de independência diante dos governos, que inclui o governo Lula. Blindar o governo, como pretende a direção da Confederação, está na contramão dos interesses da maioria, pois levará à manutenção do quadro geral de decomposição da educação e de todas as consequências daninhas à juventude e aos trabalhadores. Não! Nosso caminho não pode ser esse. Nossa política deve ser a da independência de classe e da defesa de um sistema único de ensino público, gratuito, laico, para todos e em todos os níveis, sob controle de quem estuda e trabalha, pela estatização de toda a rede privada de ensino, sem indenização. É com essa linha que a militância da Corrente Proletária na Educação/POR participa desta Plenária da CNTE. Chamamos a vanguarda com consciência de classe a aprovar esse conjunto de resoluções.

Brasília, 17 de março de 2023.